



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO  
DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA  
LEGISLATURA.

No segundo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência da vereadora Simone Kahwage. Esta solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciou-se o vereador Toré Lima e disse esperar que nesta semana o Banco do Estado do Pará – Banpará decidisse adotar para os servidores deste poder o mesmo tratamento dispensado aos funcionários públicos estaduais. Em caso contrário, adiantou, remarcaria a sessão especial que solicitara para tratar do assunto. Aludiu depois ao lançamento pela Igreja Católica da Campanha da Fraternidade 2020, na quarta-feira anterior, com o tema “Fraternidade e vida: dom e compromisso” e o lema “Viu, sentiu compaixão e cuidou dele”. O objetivo da campanha é colocar em prática ações para ajudar as pessoas com necessidades diversas em todo o país, divulgou. A Igreja Católica mais uma vez trazia para a sociedade a reflexão sobre a importância de os seres humanos cuidarem uns dos outros. Inspirado pelo lema, continuou, iniciava a semana de trabalho parlamentar sabendo que os membros desta Casa preocupavam-se com o desenvolvimento socioeconômico de nossa cidade, mas sobretudo com o ser humano. Julgou ser muito acertado o tema da campanha ao propor que não apenas as reflexões, mas principalmente as ações visassem ao benefício das pessoas, preconizando o exercício da alteridade, de enxergar o outro, que não é irmão de sangue, mas é irmão em Cristo. Pediu a todos o engajamento nesta Campanha da Fraternidade, que trazia um debate contemporâneo, exaltando a compaixão e a tolerância entre as pessoas. Parabenizou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB pela excelente escolha do tema e do lema da campanha, conclamando todos a vivenciá-la diuturnamente para que pudéssemos crescer como seres humanos. Solidarizou-se depois ao vereador Joaquim Campos por ele ter sido suspenso de seu exercício profissional como apresentador de programas jornalísticos pela emissora RBA TV. Toré Lima considerou que Joaquim fora punido ao exercer seu direito à livre manifestação como parlamentar desta Casa na sessão anterior. Não podia haver, em hipótese alguma, cerceamento à liberdade de expressão de um membro deste parlamento, estabeleceu. Parabenizou depois a diretoria do clube Vitória da Marambaia pela conquista, no dia anterior, do campeonato de futebol de novos naquele bairro, envolvendo os conjuntos Médici I e Médici II. Posteriormente assumiu a palavra o vereador Fernando Carneiro e relatou ter participado, no dia anterior, da II Marcha Contra o Trabalho Infantil, que percorreu a Avenida Presidente Vargas da escadinha até a Praça da República e seguiu pela Avenida Nazaré, reunindo milhares de pessoas. Sublinhou a importância desse movimento por ainda convivermos com a chaga do trabalho infantil e lamentou a postura condescendente do presidente Jair Bolsonaro em relação a essa realidade. Considerou que deveria haver por parte do governo federal uma campanha permanente contra tal prática. As crianças precisam de uma alimentação de boa qualidade, de um atendimento em saúde de boa qualidade, precisam brincar e estudar, salientou. Na contramão disso, observou, ocorreu um corte de 9 bilhões de reais nos investimentos em saúde no ano anterior e possivelmente mais 9 bilhões de reais deixariam de ser investidos neste ano por conta da emenda à Constituição Federal, aprovada em 1995, que congelou os investimentos em saúde e educação por vinte anos. Questionou o futuro que teriam as crianças se tais verbas estavam sendo reduzidas em nosso país. Perguntou retoricamente se a saída seria colocar nossas crianças para trabalhar, respondendo que não, pois o Brasil não é um país pobre, está e sempre esteve entre as dez maiores economias do mundo. Julgou um absurdo a redução do investimento em áreas tão essenciais. Apontou depois o crime de responsabilidade cometido pelo presidente Jair Bolsonaro convocando manifestações em defesa de seu governo e contra o Judiciário e o Legislativo durante o último carnaval. Ponderou ser direito de qualquer cidadão protestar desse modo, mas era inaceitável que o chefe do Executivo convocasse um ato para desacreditar os dois outros poderes, pois isso quebra o equilíbrio constitucional, constituindo um crime. Avaliou que o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional não teriam coragem para enfrentar o Executivo, mas era fato indiscutível ter ocorrido um crime de responsabilidade, previsto na Constituição.

Posteriormente, Jair Bolsonaro, de forma covarde, negou ter dito o que dissera, afirmando que o vídeo por ele compartilhado nas redes sociais era do ano de 2015. Entretanto, no vídeo apareciam imagens da fachada sofrida por Bolsonaro em 2018. Externou depois ser um dos maiores defensores da liberdade de expressão, da defesa de ideias nesta Casa, atentando-se porém ao decoro parlamentar. Contou ter, por diversas vezes, conversado com o vereador Joaquim Campos e explicado que usar expressões como vagabunda para referir-se à vereadora Marielle Franco e bandidos para referir-se à esquerda não cabia neste parlamento. A crítica política, ressaltou, precisa ser feita, sendo isso um direito e uma obrigação dos vereadores, mas é moralmente inaceitável ameaçar ou ofender qualquer pessoa. Disse ter ficado surpreso com o impacto que o fato tivera na sociedade, pois Joaquim Campos já vinha agindo desse modo havia muito tempo. Manifestou concordar com o que expusera anteriormente o vereador Toré Lima: o direito à palavra e à opinião do parlamentar é inalienável. Porém é necessário manter o respeito e o ocorrido deveria alertar os membros deste parlamento de que suas declarações têm repercussão. Os vereadores deveriam dar exemplo em seus pronunciamentos e condutas, inclusive no que tangia à participação nas sessões legislativas. Lastimou o pequeno número de itens em pauta, observando haver grande número de projetos de lei estacionados nas comissões deste Poder. Destacou serem funções dos vereadores fiscalizar o Executivo municipal e aprovar projetos de lei em benefício da sociedade e que estes têm direito à livre expressão de ideias e posicionamentos. Devem, entretanto, manter o decoro em relação a seus pares e a qualquer pessoa, pois ataques morais não podem ser feitos. Subiu posteriormente à tribuna o vereador Igor Andrade e parabenizou a Prefeitura Municipal de Belém – PMB, através da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente – Sesma, por estar reinaugurando o Hospital de Pronto Socorro Municipal Humberto Maradei Pereira, HPSM do Guamá, com ampliação do número de leitos de 68 para 93, sendo 10 de UTI. A Unidade de Pronto Atendimento da Terra Firme - que durante muito tempo atendera a demanda dos bairros de Canudos, Terra Firme e Guamá – receberia reformas e readaptações e posteriormente retomaria suas atividades, servindo à população daquela região ao lado do HPSM do Guamá, informou. Tratou depois da reforma da Praça Helena Coutinho, na Rua Roso Danin, iniciada ainda em 2017. Explicou que a primeira empresa responsável deixou obra inacabada, outra empresa assumiu os trabalhos, mas também não a finalizou. Contatado pelos moradores da área no sábado anterior, lá compareceu e com eles se reuniu. Segundo averiguou, o trabalho estava paralisado devido à falta de pagamento à firma construtora. Inteirou ter protocolado um requerimento solicitando esclarecimentos à PMB quanto a essa informação. Não estando ainda vencido o prazo para a finalização da reforma, manifestou a esperança de que ela ainda fosse concluída no último prazo previsto, faltando para isso ainda quatro meses. Fez notar já estar concluído o serviço de drenagem e pavimentação da Rua Roso Danin. Faltava então terminar a reforma da Praça Helena Coutinho para dar à população do Bairro de Canudos mais um espaço de lazer. A praça estava fechada por tapumes desde 2017, sendo que estes já haviam sido, por duas vezes, roubados. Entretanto, quando lá esteve, não viu nenhum funcionário, havendo risco de ocorrer um novo roubo, alertou. Revelou que na manhã deste dia, antes de vir à CMB, pedira a um assessor que fosse à praça e novamente lá não havia funcionário algum. Externou não entender como uma obra simples pudesse passar tanto tempo sem conclusão. Devido aos tapumes, continuou, à noite a área tornara-se insegura porque, segundo relatos dos moradores, alguns meliantes ali se escondiam para assaltar os transeuntes. Aditou que os motoristas das linhas de ônibus que tinham ali o final de seu percurso diziam ter medo por ficar com os veículos parados no local sem poder visualizar o outro lado da praça. Pediu à PMB que a obra fosse concluída o mais rapidamente possível, embora entendesse não ser fácil lidar com as dificuldades financeiras. Apesar disso, reiterou, esperava que o trabalho ainda fosse concluído dentro do prazo anteriormente estipulado. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do MDB, Joaquim Campos homenageou sua mãe, que tinha 86 anos de idade, radialista, da qual muito se orgulhava, tendo ela atuado em teledramaturgia nas antigas novelas do rádio. Comentou depois ter sido publicamente “fritado”, mas passara onze dias calado, pois se aqui gerara um problema, aqui devia resolvê-lo e não nas redes sociais. Agradeceu as palavras dos vereadores Toré Lima e Fernando Carneiro e pediu desculpas à jornalista Patrícia Campos pelo que a ela dissera de ofensivo. Garantiu que em trinta e anos de jornalismo sempre defendeu a categoria profissional a que pertencia, mas talvez não o tivesse feito no parlamento. As três vereadoras deste parlamento e as funcionárias da Casa, porém conheciam sua índole, sua conduta, sendo pai de três filhos e uma filha, tendo uma neta. Advertiu àqueles que quiseram transformá-lo em inimigo do governador de que, em mais de vinte anos, sempre provara a ele sua amizade. Respeitaria se Hélder não o considerasse mais um amigo, mas, de sua parte, sempre teria por ele amizade e ninguém poderia privá-lo disso. Assegurou continuar a acreditar firmemente em tudo que Hélder Barbalho lhe dissera. Sabendo que Hélder lutava pelo Pará, testemunhou que sempre o apoiaria, mesmo que ele não o quisesse mais como amigo. Asseverou não ter medo de dizer a verdade, doesse a quem doesse, pois além da imunidade parlamentar tinha a imunidade dada por sua mãe que fora radialista. Pela liderança do PSDB, Paulo Queiroz tratou também da II Marcha Contra o Trabalho Infantil, iniciativa do Tribunal Regional do

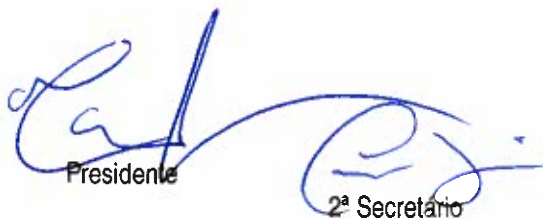
Trabalho da 8ª Região, por intermédio da Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem em parceria com o Ministério Público do Trabalho e o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Além disso, agregou, muitas instituições aderiram à marcha, que saiu da Praça Pedro Teixeira e foi até o Largo do Redondo, na Avenida Nazaré. Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, que afastaram do trabalho ilícito mais de 5 milhões de crianças brasileiras, comentou, ainda tínhamos mais de 2,7 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no país, sendo a maioria, 59%, composta por meninos. As regiões Norte e Nordeste apresentavam os números mais expressivos e a maior parte dos casos ocorria nas áreas rurais. A este respeito, prosseguiu, Belém mostrava suas mazelas a cada esquina, havendo abusos escondidos nas vielas, palafitas e também nas mansões, que ainda mantinham as chamadas "filhas de criação", meninas que vinham do interior do estado e eram exploradas, com jornadas de trabalho superiores a doze horas diárias, sem direito nenhum. Classificou tal situação como uma chaga social, uma vergonha para o estado e para a cidade. O trabalho infantil não é brincadeira, exprobrou, e se no passado isso fora tolerado, hoje não o era mais, sempre fora errado e agora precisava ser denunciado e combatido. Destacou a atuação da desembargadora do Trabalho, Maria Zuíla Dutra, que quando criança vendia merenda em fábricas e apanhava pedras nas pedreiras de Santarém, com apenas cinco anos de idade. Em meio à pobreza, historiou, conseguiu vencer na vida: depois de trabalhar como telefonista, professora de Matemática, funcionária do Banco do Brasil, cursou Direito, tornou-se juíza do Trabalho e, em 2016, tomou posse como desembargadora do Tribunal do Trabalho da 8ª Região. Tornou-se um exemplo de superação, considerou, mas era uma exceção porque a maioria das crianças que é explorada durante a infância acaba se marginalizando no subemprego. Precisamos nos envolver nesta luta, exortou, para que as crianças de nosso país tivessem o direito de sonhar, brincar e trabalhar quando tivessem idade e formação física e intelectual para isso. É importante a mobilização da sociedade para atingir tal objetivo, ressaltou, mas o poder público precisava atuar com mais eficácia e efetividade nesse sentido. Estava encaminhando, comunicou, um requerimento ao prefeito Zenaldo Coutinho pedindo que informasse quais providências e ações foram assumidas neste ano para combater o trabalho infantil em Belém. Comunicou outrossim estar apresentando um projeto de lei determinando a fixação obrigatória em diversos estabelecimentos do Disque 100, telefone que recebe denúncias de trabalho infantil. A este respeito, complementou, não se podia esquecer os lixões, locais em que a infância sempre fora maculada, além da saúde. Finalizou seu pronunciamento com o mote: cartão vermelho para o trabalho infantil e um viva às crianças de nossa nação. Em seguida, o vereador John Wayne assumiu a presidência da Mesa. Pela bancada do Republicanos, Simone Kahwage parabenizou os vereadores Toré Lima e Fernando Carneiro pela postura adotada em relação à celeuma envolvendo o vereador Joaquim Campos. Expressou que, apesar de ser mulher e defender o empoderamento e participação das mulheres na sociedade, não se sentia representada por algumas delas. Mulheres que saíam seminuas às ruas, praticavam atos indecorosos ou defendiam o aborto não a representavam, exemplificou. Esclareceu aceitar o feminismo de primeira geração, que buscava a igualdade política e individual de direitos e deveres, mas rejeitar o feminismo atual, julgando-o uma depravação da busca por igualdade, servindo tão somente à guerra cultural proposta pela nova esquerda, colocando homens contra mulheres, pais contra filhos, negros contra brancos, heterossexuais contra homossexuais. Mulheres com tal postura, reafirmou, não a representavam e mesmo subindo à tribuna dos parlamentos não podiam falar em nome de todo gênero feminino. Mulheres feministas, esquerdistas, mulheres como as várias parlamentares do PSOL na Câmara Federal não a representavam e não representavam o Brasil, opinou. Afirmou representar as mulheres batalhadoras, empreendedoras, mães, negras, lésbicas, empresárias, trabalhadoras, mas não ideológicas. Representava um Brasil livre, um Pará livre, uma cidade livre, declarou. Divulgou ter o governo federal obtido um superávit de 44 bilhões de reais em janeiro e que a arrecadação no mês anterior batera um recorde histórico, embora isso ninguém viesse à tribuna informar. Dava ciência disso porque lutava por um país livre da corrupção, apregooou, sendo a favor de todas as mulheres de valor de nossa nação. Pela liderança do PSB, Igor Andrade reiterou o pedido à PMB para conclusão da reforma da Praça Helena Coutinho, na Rua Roso Danin. Cientificou depois ter protocolado requerimento solicitando à PMB um estudo de viabilidade técnica para, se possível, ainda neste ano, criar cursinhos pré-vestibular gratuitos para a população, pelo menos um por distrito. Atualmente, pontuou, havia um cursinho desse tipo no bairro da Cremação, que já homenageara neste parlamento devido aos excelentes resultados ali alcançados. As pessoas precisam desses cursinhos, ressaltou, e muitos não tinham condição de pagar. Notificou que 11 mil pessoas inscreveram-se em apenas três dias pleiteando uma das 1200 vagas ofertadas pela Prefeitura no cursinho da Cremação, sendo a seleção feita por nota, por avaliação. Parabenizou a PMB pela iniciativa, mas defendeu a necessidade de ampliar esta ação argumentando que a criação de um cursinho por distrito de Belém aliviaria em grande parte a demanda por este serviço. Se houvesse um cursinho por bairro, cogitou, seria o ideal, mas isto seria objeto de um futuro requerimento a ser apresentado ao próximo prefeito de nossa cidade. Findo este pronunciamento, a vereadora Simone Kahwage reassumiu a presidência da Mesa. Pela liderança do PSOL, Enfermeira

Nazaré Lima parabenizou a organização da II Marcha Contra o Trabalho Infantil destacando a atuação do juiz Cláudio Rendeiro e da juíza Vanilza Malcher. Citou a coleta de açaí em nosso estado como um dos casos em que é utilizado o trabalho infantil. As crianças subiam diariamente em dezenas de árvores carregando um facão entre os dentes, descreveu, caindo algumas vezes quando passavam de um pé de açaí para o outro. Como enfermeira, contou, já tivera a triste oportunidade de tratar de crianças que caíram de açaizeiros. Outro exemplo, acresceu, são as meninas que vinham do interior para estudar em Belém, mas pouco estudavam porque trabalhavam o dia inteiro. Além disso, prosseguiu, havia as crianças que trabalhavam na produção da farinha de mandioca, desde a plantação até a etapa final nos fornos, e as crianças que trabalhavam nas carvoarias de nosso estado. Em qualquer modalidade, decretou, o trabalho infantil era uma mazela a ser extirpada. Em relação aos fatos ocorridos na sessão ordinária anterior, de grande repercussão na sociedade, externou que, apesar da emotividade das discussões e da imunidade parlamentar, deviam ser mantidos o respeito e a educação. Como pessoa, não apenas como professora, afiançou, costumava respeitar todas e todos. Nas discussões, pontificou, o controle emocional é muito importante. Na ocasião referida, recordou, em nenhum momento usara palavras chulas e desrespeitosas, apenas expressara seu repúdio à utilização de termos jocosos, indecorosos contra uma mulher em pleno exercício de sua atividade profissional. Como enfermeira, advogada, professora universitária, parlamentar e mulher defendia todas as mulheres, sustentou, inclusive as que praticaram aborto, pois nenhuma mulher quer praticar o aborto, isso ocorria devido às condições que lhe eram oferecidas. Como enfermeira aprendeu ser necessário cuidar, não julgar. Desse modo, retomou, não julgava as mulheres que chegavam ao hospital sangrando, precisando fazer uma curetagem, apenas cuidava. Sobrelevou ser essa uma orientação da Organização Mundial de Saúde, cuidar. Assim agia, declarou, cuidava de mulheres, não condenava mulheres. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. A presidente Simone Kahwage solicitou então aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Toré Lima solicitando que esta Casa encaminhasse Voto de Protesto à ofensa que o presidente Jair Bolsonaro fizera contra a jornalista Patrícia Campos, referente ao episódio das mensagens de Whatsapp. O vereador Toré Lima pediu que a votação do requerimento fosse nominal. Fizeram encaminhamentos os vereadores Igor Andrade, Amaury da APPD, Paulo Queiroz, Sargento Silvano, Rildo Pessoa, Henrique Soares, Zeca Pirão e Fernando Carneiro, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Henrique Soares pediu então Questão de Ordem solicitando a votação em bloco e de forma simbólica dos projetos em pauta que concediam títulos honoríficos e honorarias, o que foi aprovado pela plenária. Entraram então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os projetos: projeto que "Concede o Diploma Serzedelo Correa à senhora Irlana Rita de Carvalho Chaves Rodrigues", constante no Processo nº 032/2020, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o título honorífico de Cidadã de Belém à pastora Teresa Raquel Câmara Gomes", constante no Processo nº 2131/2019, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que "Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor João Alberto de Almeida", constante no Processo nº 2156/2019, de autoria da vereadora Simone Kahwage; processo que "Concede a Medalha Vereador Clodomir Grande Colino ao Instituto de Educação Tecnológica Avançada da Amazônia", constante no Processo nº 031/2020, de autoria do vereador Henrique Soares. Na discussão, não houve oradores. Em seguida, o vereador Amaury da APPD solicitou que fosse feita uma sessão solene para a entrega dos títulos e honorarias já aprovados nesta Casa por haver grande número deles. A presidente informou que seu pedido fora registrado. O vereador Toré Lima pediu posteriormente Questão de Ordem solicitando que fosse feita nova verificação de quórum, observando haver número insuficiente de vereadores em plenário para aprovação dos projetos. O vereador Henrique Soares apoiou esta proposição, retirando o pedido que fizera anteriormente de votação em bloco e simbólica dos projetos que concediam honorarias. Em relação à solicitação do vereador Amaury da APPD, informou estar realizando a entrega das comendas e honorarias durante eventos externos em que havia a participação do homenageado, embora reconhecesse a necessidade de a CMB realizar as sessões solenes. Foi feita depois a leitura do projeto constante no Processo nº 032/2020, de autoria do vereador Henrique Soares. Posto em votação nominal, não houve quórum e a presidente Simone Kahwage encerrou a sessão às onze horas e três minutos. Estavam licenciados os vereadores Altair Brandão e Dinelly. Justificaram suas ausências os vereadores Nehemias Valentim, Mauro Freitas, Fabrício Gama, Dr. Elenilson e Wilson Neto. Estiveram presentes os vereadores: Rildo Pessoa, Professor Elias e Pablo Farah, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Zeca Pirão, Biéco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – PR – PEN - Solidariedade; Sargento Silvano e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD - PTC; Wellington Magalhães e Celsinho Sabino, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; John Wayne e Joaquim Campos, pela bancada do MDB; Gleisson, Igor Andrade, pela bancada do PSB; Paulo Queiroz e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Henrique Soares e Adriano Coelho, pela bancada

do PDT; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Simone Kahwage e Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Emerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 02 de março de 2020.



1º Secretário



Presidente



2ª Secretário